

EURODEFENSE (30 de Setembro – 1 de Outubro)
Intervenção do Sr. Etienne de PONCINS, Chefe de Gabinete da Ministra delegada para os
Negócios Europeus

Senhor Presidente,
Minhas Senhoras e meus Senhores,

Madame Catherine COLONNA, Ministra delegada para os Negócios Europeus, retida por outros compromissos, pediu-me para a representar hoje e eu sinto-me muito feliz por me poder exprimir perante vós, por ocasião deste XI Encontro Internacional Eurodefense consagrado aos progressos e novas perspectivas da política europeia de segurança e defesa.

Desejaria examinar convosco o estado da PESD segundo o ponto de vista das autoridades francesas.

Depois de um certo 29 de Maio, diz-se muitas vezes que a Europa está mal, que conhece dificuldades. Infelizmente é verdade. Com efeito, é indiscutível que a Europa atravessa hoje uma zona de turbulências. Façamos em conjunto um ponto da situação.

No plano europeu, o futuro do Tratado Constitucional é incerto mesmo se, futuramente, uma maioria de Estados o ratificar. Entretanto, o projecto de orçamento europeu para o período 2007-2013 não pôde ser adoptado, apesar dele responder às necessidades da União alargada e, entre os vinte cinco, serem bastante numerosos aqueles que o aceitaram. No plano nacional, as expectativas, as inquietações e as preocupações que os nossos concidadãos exprimiram a 29 de Maio continuam intensas, competindo-nos dar-lhes plena resposta

Mas se existe um sector que, apesar deste período de perturbações e incertezas, mostra que a Europa continua a avançar, esse sector é efectivamente o da defesa. Com efeito, eis um domínio que escapa à crítica, tão importantes são as expectativas na matéria, como tanto os nossos compatriotas sabem que a Europa pode e deve desempenhar aí um papel. As ameaças de hoje, (terrorismo, a proliferação, criminalidade) requerem respostas que não conseguiriam ser simplesmente nacionais. Neste domínio, como em muitos outros, a Europa oferece um enquadramento de acção eficaz.

Construir a defesa europeia, é o que permite à Europa manter as suas promessas em matéria de segurança. É também uma forma muito concreta de mostrar que o projecto europeu não se resume à implantação de uma zona de comércio livre.

A Europa não é apenas um mercado, ela é também uma história, uma cultura, princípios, valores comuns e uma vontade de se unir para defender os nossos interesses e ter peso nos negócios do mundo. Em conformidade com a visão dos fundadores, construir a Europa da defesa é, efectivamente, colocar solidariedades concretas ao serviço de uma ambição política.

Então onde estamos hoje? Que balanço podemos fazer? E que esforços será ainda preciso aceitar para que a Europa da defesa possa afirmar-se plenamente? É a estas questões que eu desejaria trazer algumas respostas.

1) O balanço é desde já positivo. Face à impotência que a Europa demonstrou perante o desmembramento da ex-Jugoslávia no início dos anos 90 e pressionados pela constante exigência dos cidadãos, os Europeus decidiram dotar-se, há uma curta dezena de anos, de uma Política Externa e de Segurança Comum para contribuir para a estabilidade da nossa circunvizinhança imediata e actuar sobre os grandes equilíbrios do mundo e nos grandes debates internacionais. Nestes domínios onde, ainda à dez anos, a regra em todos os Estados europeus era a do cavaleiro solitário em matéria de diplomacia ou de defesa, os progressos são já consideráveis e a actuação colectiva é cada vez

mais a aposta. O que é que constatamos hoje? A bandeira europeia está doravante presente em diversos continentes.

Em primeiro lugar no nosso, nos Balcãs. A União é hoje o principal actor da estabilização desta região. Ela emprega aí uma completa gama de instrumentos: na Macedónia onde a missão de polícia “Proxima” permite, nomeadamente, reforçar as capacidades locais de controlo das fronteiras e de luta contra a criminalidade organizada e na Bósnia, para onde foram destacados 7000 militares sob a bandeira da UE para acompanhar a estabilização deste país (operação “Althea”). A União Europeia contribui igualmente para a reconstrução e a viabilidade económica do Kosovo e tem um papel a desempenhar no domínio da segurança e, mais particularmente, no da polícia e do estado de direito.

Seguidamente na Ásia. Com 5 países membros da ASEAN, a União Europeia enviou também 227 observadores para supervisionar o acordo de cessar-fogo em Aceh que põe termo a um conflito de mais de trinta anos, e vigiar o desarmamento das milícias e a retirada das forças indonésias.

Sem esquecer a África. Através de um apoio civil e militar à operação da União Africana no Darfur, a União vem em auxílio a populações civis duramente atingidas, reforçando em simultâneo as capacidades africanas de resposta às crises. Do mesmo modo, na República Democrática do Congo, a União desenvolve uma cooperação de segurança para modernizar as forças de segurança locais.

Estas operações mostram que, daqui para o futuro, a União é ao mesmo tempo capaz de defender os seus interesses continentais e responder aos pedidos das instituições internacionais. A Europa da defesa, que há 10 anos apenas tinha relevo no âmbito do discurso, tornou-se uma realidade.

Como é que isto foi possível? Em primeiro lugar, porque esta Europa da defesa baseia-se numa política externa e de segurança comum que é a projecção das convicções, dos valores e da força do modelo europeu.

Apesar das dificuldades da crise iraquiana, seria caricato apresentar a União como estruturalmente desunida sobre os grandes dossiers internacionais. Com efeito, nós os Europeus partilhámos muitos valores: promoção dos direitos do homem, democracia, mundialização regulada, solidariedade e desenvolvimento. E baseados nestes valores comuns estabelecemos posições comuns que permitem à União fazer ouvir a sua voz, inclusivamente sobre questões importantes e sensíveis, tais como o conflito israelo-palestiniano, a pena de morte e o apoio ao Tribunal Penal Internacional. Sobre estes assuntos, a Europa fala a uma só voz, sabe fazer ouvir a sua diferença e convencer os seus parceiros.

É com fundamento nestes valores que o Conselho Europeu de Dezembro de 2003 adoptou uma «estratégia de segurança» na qual a União Europeia expõe a sua visão sobre as ameaças e as apostas em matéria de segurança e os meios (políticos, económicos e financeiros) para lhes dar resposta.

Sobre os aspectos estratégicos, a União envolveu-se resolutamente na luta contra a proliferação e o terrorismo. Por exemplo, ela ajuda os países da Comunidade dos Estados da África Ocidental a implementar uma moratória para combater a disseminação das armas ligeiras e de pequenos calibres. A União moderniza igualmente os controlos das exportações em países sensíveis tais como o Paquistão. Um coordenador europeu para a luta contra o terrorismo, o Sr. de Vries, trabalha, nomeadamente, para desenvolver projectos de assistência técnica da UE a fim de reforçar as capacidades de países terceiros no combate contra o terrorismo.

Esta Europa da defesa, que progressivamente se estabelece, **baseia-se também sobre capacidades autónomas de acção graças ao desenvolvimento de novos instrumentos.** Em

alguns anos, a União dotou-se de utensílios de gestão de crises e reforça as suas capacidades para analisar as ameaças (Centro de Situação), planear e conduzir operações civis e militares através de um estado-maior europeu, organizar e planear a investigação europeia no domínio do armamento (Agência Europeia de Defesa), erguer uma capacidade de reacção rápida com «agrupamentos táticos» (battle groups) que permitem à União intervir militarmente em poucos dias para facilitar, por exemplo, a projecção de uma Operação de Manutenção de Paz.

2) Portanto, o balanço é amplamente positivo. Então, devemos ficar por aqui? Certamente que não. É necessário ser mais ambicioso, pois a Europa não ocupa ainda integralmente o lugar que deve ser o seu na cena internacional e a afirmação do seu papel passa por um acrescido desenvolvimento da defesa europeia.

Em primeiro lugar impõe-se uma precisão: é incontestável que o projecto de Tratado Constitucional previa numerosos progressos no domínio da Europa da defesa, tais como o mecanismo de cooperação estruturada permanente, a cláusula de defesa mútua, ou ainda a instituição de um ministro dos negócios estrangeiros da União, para dar maior visibilidade e coerência à acção da União.

Mas, como disse Catherine COLONNA na passada segunda-feira, por ocasião da visita a Paris do Sr. Javier SOLANA, Alto Representante da União Europeia para a política externa e de segurança comum, mesmo na ausência do Tratado Constitucional, é possível desenvolver bastante mais a política externa da União e, por consequência, a Europa da defesa. De que maneira?

Em primeiro lugar, reforçando os instrumentos existentes Isso começa pela instalação de um verdadeiro centro de operações da União Europeia que, como decidiu o Conselho Europeu de Dezembro de 2004, deverá estar pronto em Janeiro de 2006. Assemelhando-se a um «estado-maior» da UE, a vocação deste centro é ser activado por decisão do Conselho para planear e conduzir uma operação da UE, sempre que esta decida não recorrer nem à NATO, nem ao estado-maior de um Estado membro para uma operação autónoma. Estejamos portanto vigilantes para que este centro veja a luz do dia o mais rapidamente possível.

Reforçar os instrumentos é também consolidar o elemento industrial da Europa da defesa. Temos que suscitar um esforço nesta matéria, nomeadamente no que toca aos reagrupamentos industriais a considerar, para fazer face à concorrência comercial, nomeadamente americana, no domínio militar.

Para a França, a Agência Europeia de Defesa constitui uma alavanca institucional importante para consolidar a defesa europeia. Ela tem um importante papel no estabelecimento de um código de conduta relativo aos equipamentos de defesa, destinado a favorecer uma abertura dos mercados virada para a Europa. Mas esta agência deve também ajudar a Europa a estar na ponta das tecnologias militares. Como disse o Presidente da República, deveria ser confiada à Agência a responsabilidade de projectos concretos, por exemplo o projecto de drones ou de esquadrilhas de aviões reabastecedores. Devemos igualmente aceitar esforços em matéria de capacidade de projecção da União para áreas de intervenção externa. Com efeito, sabemos que a influência política na cena internacional depende em parte do número de forças rapidamente mobilizáveis.

Seguidamente, o papel da PESD deve afirmar-se anda mais nos domínios onde existem verdadeiras necessidades Tal como já indiquei, na luta contra o terrorismo, para que haja mais paz e estabilidade. Mas também em matéria de protecção civil. No quadro das lições aprendidas com o tsunami, o Sr. SOLANA apresentou em Abril de 2005 propostas para facilitar a utilização de meios militares e melhorar a coordenação destes meios com o mecanismo comunitário. A proposta francesa de uma Força de Intervenção Rápida Europeia vai de encontro a estas preocupações.

Por fim, nós reforçaremos a Europa da Defesa valorizando e aumentando a presença europeia em todos os continentes Darei apenas um exemplo, o do Médio Oriente. A acção da União Europeia é aí essencial. A União Europeia é membro do Quarteto, ao lado dos Estados- Unidos, da Rússia e da ONU, órgão guia da comunidade internacional para alcançar uma resolução do conflito no Próximo Oriente. O sector da segurança é uma das dimensões essenciais para o futuro do processo de paz. O lançamento de uma missão PESD para apoio da polícia palestina será uma primeira etapa que, em seguida, será necessário desenvolver.

Esta Europa da defesa queremos fazê-la a vinte e cinco, com o conjunto dos nossos parceiros. Mas não esqueçamos o papel das cooperações entre Estados. Como nós soubemos fazer no passado com a criação de forças multinacionais, como o Corpo de Exército europeu, ou estruturas de formação conjunta, tais como a Escola franco-alemã de pilotos de helicópteros Tigre, será necessário continuar a estabelecer estreitas cooperações com os países que o desejem. A Europa da defesa não se deve substituir às políticas nacionais mas sim apoiar-se nestas. Portanto, as cooperações devem continuar. O espírito de Saint-Malo, na origem do qual esteve a França, deve continuar a guiar a nossa acção e, certamente, o duo franco-alemão deve continuar a ser um motor essencial.

Minhas Senhoras e meus Senhores,

No momento em que a Europa duvida de si própria, o reforço da nossa acção a favor de uma Europa da defesa é mais do que nunca necessário para mostrar que a Europa continua a avançar e a avançar no bom caminho. A França que, como muitos dos seus parceiros, quer uma Europa política forte e ambiciosa, uma Europa que saiba defender os seus valores e os seus interesses, continuará a trabalhar a favor deste projecto.

Existe nesta matéria uma profunda necessidade de Europa, expresso não só pelos cidadãos europeus mas também pelo resto do mundo. Cada um sente bem que a Europa tem uma voz singular, diferente das restantes e que pode contribuir não só para iluminar a marcha do mundo, mas também para o orientar.

Para lá dos discursos, são as acções que contam. Compete-nos, assim, pôr concretamente em prática esta Europa política, forte e ambiciosa, elaborando nomeadamente uma verdadeira política externa e de segurança comum, assente numa ambiciosa Europa da defesa. A PESD é para a Europa diplomática aquilo que a realização do mercado interior é para a Europa económica. Prosseguindo nesta via, contribuimos para dar um rosto à Europa, para a encarnar, numa palavra, para fazer existir a Europa, não só perante os nossos grandes parceiros internacionais, como também aos olhos dos nossos concidadãos.

Muito obrigado.

(Tradução EuroDefense-Portugal)